

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer nº 393/2017

Vieram os autos para análise e parecer jurídico quanto à impugnação ofertada pela empresa Metalúrgica Lamb EIRELI, por meio do requerimento nº 2017/08/5939, contra o edital do Pregão pelo Sistema de Registro de Preços nº 071/2017, processo licitatório nº 084/2017.

1. Síntese das razões de impugnação

Solicita a Impugnante, em apertada síntese, que: **a)** seja retificado o subitem 8.3.2 do edital, a fim de que se possa comprovar o atendimento das normas na ABNT também por meio de declaração de responsável técnico da licitante, uma vez que a detenção de tal certificado não é obrigatória para venda de playgrounds; **b)** sejam aceitos itens com descritivos similares aos solicitados no instrumento convocatório, tendo em vista que as especificações constantes atualmente no edital direcionam a aquisição do objeto de um único fornecedor, ou, não sendo o caso, seja revogado o processo licitatório, por infringência aos princípios da economicidade e competitividade.

2. Manifestação da área técnica

A fim de verificar o posicionamento da área técnica quanto à impugnação ofertada e quanto à imprescindibilidade ou não de manutenção das especificações dos itens atacados, os autos foram remetidos à área técnica, solicitante da abertura do certame, para que se manifestasse.

Em resposta, foi juntado o Comunicado SEC nº 602/2017, de fl. 492.

É a síntese do essencial, passo à análise da solicitação.

3. Admissibilidade da impugnação



Preliminarmente, verifica-se que a Requerente é parte legítima para impugnar o edital de licitação. Ainda, as razões de impugnação foram apresentadas tempestivamente, a teor do que dispõe o art. 41, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93 e dos subitens 11.5 e 21.10 do edital.

Por esta razão a impugnação interposta deve ser conhecida (recebida e analisada).

4. Orientação Jurídica

4.1. Comprovação de atendimento à normatização da ABNT

No que se refere à solicitação da empresa de alteração do subitem 8.3.2 do edital, a fim de que seja permitida a comprovação de atendimento ao regramento estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, opino pela procedência do pedido intentado pela Impugnante.

Conforme se verifica do parecer técnico contido no Comunicado da Secretaria de Educação e Cultura, à fl. 492 do feito, a área técnica entende que não há nenhum prejuízo ao deferimento desta solicitação, sendo perfeitamente possível que o profissional responsável técnico da licitante, declare, sob pena de responsabilização, que o objeto que será ofertado ao Município pela empresa, atende às disposições da ABNT NBR 16071/2012.

Assim, opino pela alteração do texto do subitem 8.3.2 nos seguintes moldes: ***“8.3.2 – Certificado emitido por órgão competente (Instituto de Certificação de Playground), comprovando a conformidade dos produtos com as normas da ABNT NBR 16071/2012 ou Declaração do profissional responsável técnico da licitante, que deverá ser engenheiro civil ou engenheiro mecânico, devidamente inscrito no órgão profissional competente, de que os produtos ofertados estão em conformidade com as normas da ABNT NBR 16071/2012”.***

4.2. Especificações do objeto e direcionamento do certame

Por seu turno, no que diz respeito à alegação de suposto direcionamento do certame, decorrente de descritivo do objeto que só poderia ser atendido por uma determinada empresa, entendo que não assiste razão à Impugnante.

Isso porque, no Comunicado da Secretaria de Educação e Cultura, à fl. 492 do feito, a área técnica indica pelo menos três empresas capazes de atender às solicitações feitas pelo Município no instrumento convocatório, caindo por terra a afirmação de que apenas uma licitante estaria em condições de fornecer o objeto nos termos licitados.

Com relação à possibilidade de aceitação de itens com descritivos similares, a área técnica se posiciona de maneira favorável, desde que as medidas e os brinquedos não sejam inferiores ao disposto no edital.

Aliás, esta manifestação técnica condiz exatamente com o descritivo de boa parte dos itens constantes do Termo de Referência (anexo I do edital), já que conforme se vê do documento, a indicação das medidas da maioria dos brinquedos foi feita de maneira aproximada, ou ainda com o indicativo da medida mínima, permitindo uma determinada variação nos itens que serão ofertados.

Entretanto, há alguns itens do Termo de Referência onde constam medidas exatas, como ocorre, por exemplo, no descritivo de alguns componentes do item 1 (deck auxiliar em madeira e escorregador curvado em plástico rotomoldado).

Assim, a fim de que fique claro que o instrumento convocatório faz indicação de medidas mínimas ou aproximadas, sendo possível a aceitação de itens similares, opino que seja acrescida à minuta do edital, ao Termo de Referência e à minuta da Ata de Registro de Preços, a seguinte disposição: ***“Serão aceitos itens com especificações similares às indicadas na tabela descritiva do objeto constante do Termo de Referência do edital (anexo I),***

MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND - PARANÁ

desde que as medidas e os brinquedos não sejam inferiores às especificações indicadas na referida tabela”.

5. Conclusão

Por todo o exposto, o parecer desta Procuradoria é que, presente o requisito de forma exigido pela lei, seja conhecida a impugnação ofertada pela empresa Modelo Pneus Ltda., e no mérito, seja julgada **parcialmente procedente**, procedendo-se a alteração do edital do Pregão, pelo Sistema de Registro de Preços nº 071/2017, processo licitatório nº 084/2017, conforme orientações contidas nos subitem 4.1 e 4.2 deste parecer.

Por derradeiro, cumpre salientar que cabe a esta Procuradoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos administrativos, nem analisar aspectos de natureza técnico-administrativa.

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio para decisão.

Qualquer que seja a decisão proferida, intime-se a Impugnante e as demais empresas que efetuaram a retirada do edital.

Juntamente com a intimação, pede-se que seja remetida uma cópia do parecer técnico de fls. 492, onde há posicionamento acerca da impugnação ofertada.




Em caso de motivação *aliunde*, seja pelo Pregoeiro, seja pela autoridade superior, deverá ser encaminhada, juntamente com a decisão proferida, cópia deste parecer.

Sublinho que *qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas* (artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93).

Atentar para a publicação dos atos.

É o parecer e a orientação que submeto à consideração superior¹.

Assis Chateaubriand/PR, 30 de novembro de 2017.



Marina Soares Garcia
Advogada
OAB/PR 51.417
Portaria nº 660/2011

¹ Este parecer possui 5 laudas, numeradas e rubricadas.



Município de Assis Chateaubriand
ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

Processo Licitatório nº. 084/2017
Pregão Registro de Preços nº 071/2017
Requerimento nº 2017/08/5939

RELATÓRIO

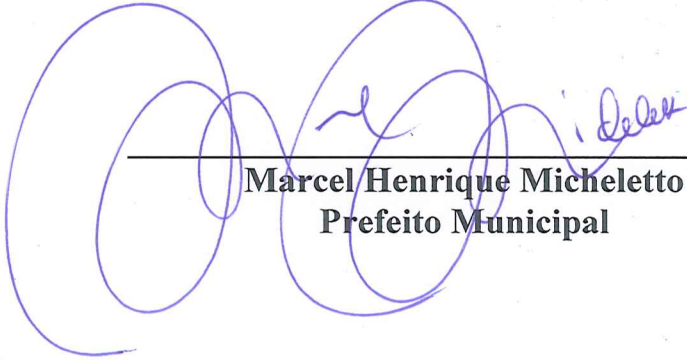
A empresa **Metalúrgica Lamb EIRELLI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.037.993/0001-80, estabelecida à Rua Willy Carlos Trentini - Parque Industrial III – Marechal Candido Rondon - PR, apresentou impugnação, conforme Protocolo nº 2017/08/5939, no Processo Licitatório nº. 084/2017 Modalidade Pregão Registro de Preços nº. 071/2017.
Então, vieram os autos para decisão.
É o sucinto relatório.

FUNDAMENTAÇÃO E DISPOSITIVO

Diante do Parecer Jurídico nº 393/2017, emitido pela Procuradoria Jurídica deste Município, cujos fatos e fundamentos expostos adoto como razões de decidir, passando, portanto, a fazer parte integrante desta decisão, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a impugnação interposta pela empresa **Metalúrgica Lamb EIRELLI**.

Intime-se a Impugnante da presente decisão

Assis Chateaubriand, 30 de novembro de 2017.



Marcel Henrique Micheletto
Prefeito Municipal